

SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 06/2025

(de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação)

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "PEDALA GARÇA" E DÁ OUTRAS **PROVIDÊNCIAS**

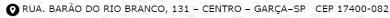
O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

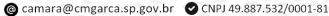
Art. 1º Fica criado o Programa "Pedala Garça", destinado a fomentar o turismo ciclístico e incentivar o uso de bicicletas como meio de transporte sustentável e saudável, em consonância com as diretrizes da Lei Federal nº 13.724, de 4 de outubro de 2018.

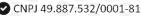
Art. 2º O Programa "Pedala Garça" tem os seguintes objetivos:

- I promover uma cultura favorável aos deslocamentos cicloviários como modalidade de deslocamento eficiente e saudável;
- II criar infraestrutura apropriada para o trânsito de bicicletas, priorizando a instalação de rede viária para ciclistas;
- III fomentar o turismo ecológico, ligando a rede viária ciclística aos pontos turísticos, parques naturais, áreas de lazer, fazendas históricas e propriedades rurais abertas ao turismo;
- IV incentivo à cultura de prática de atividade desportiva como forma de adquirir condicionamento físico e melhorar a qualidade de vida.
- Art. 3º O transporte por bicicletas será incentivado em rede viária apropriada, como ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas e rotas turísticas de ciclismo, sendo considerado um modal efetivo de mobilidade urbana e do turismo ecológico.
- § 1º As ciclovias serão segregadas fisicamente do tráfego geral e devidamente sinalizadas, garantindo a segurança dos ciclistas e evitando interferências no trânsito de veículos motorizados.
- § 2º As ciclofaixas serão implantadas em vias urbanas onde não houver espaço físico para ciclovias, sendo delimitadas por sinalização específicas.
- § 3º As faixas compartilhadas e as rotas turísticas serão estabelecidas em parques, trilhas ecológicas e áreas de interesse turístico, procedendo-se a devida sinalização.
- Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, preferencialmente as consignadas na Lei nº 5.760, de 12 de dezembro de 2024, sob o programa: 02.15.03 – Trânsito.













Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

LEANDRO MARINO **Presidente CCJR**

VERINHA VENDA SECA **Vice-Presidente CCJR**

MARQUINHO MOREIRA Membro CCJR





